

ÍNDICE

5 - Prognóstico Ambiental	1/11
5.1 - Aspectos Gerais	1/11
5.1.1 - Cenário de Não Implantação do Empreendimento	2/11
5.1.1.1 - Componentes Ambientais	2/11
5.1.1.2 - Dinâmica de Ocupação Territorial	4/11
5.1.1.3 - Condições de Distribuição de Energia	7/11
5.1.2 - Cenário de Implantação do Empreendimento	7/11
5.1.2.1 - Efeito do Empreendimento sobre Componentes e Fatores Ambientais	8/11
5.1.2.2 - Relação dos Impactos mais Relevantes do Empreendimento com Aspectos Ligados a Alteração da Dinâmica de Ocupação Territorial	10/11
5.1.2.3 - Mudanças nas Condições de Distribuição de Energia	11/11

5 - PROGNÓSTICO AMBIENTAL

5.1 - ASPECTOS GERAIS

Este Capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a implantação e operação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II, observando as consequências ambientais de sua inserção no meio. Para isso, são analisados os eventos dinâmicos dos diferentes meios - físico, biótico e socioeconômico, contemplando: (i) Cenário de Não Implantação do Empreendimento, em observância ao quadro tendencial da região, em que são analisados os principais processos ativos e sua repercussão no estado de conservação do meio e dinamização da socioeconomia local; e (ii) Cenário de Implantação do Empreendimento, apontando os reflexos de inserção do empreendimento pela dimensão de seus impactos ambientais sobre os fatores ambientais, apresentando de forma integrada os dados levantados no diagnóstico, a partir dos aspectos mais relevantes. Para a análise do Cenário de Implantação avaliou-se 03 (três) tendências:

- (i) Efeito do empreendimento nos componentes ambientais;
- (ii) Alteração da dinâmica de ocupação territorial, e;
- (iii) Mudanças nas condições de distribuição de energia.

A partir da relação dos elementos de análise, é elaborado um quadro prospectivo, observando os processos sinérgicos mais evidentes resultantes das pressões do empreendimento sobre o meio, sendo classificadas em:

Nula: quando não se identifica alteração positiva ou negativa daquela tendência hoje verificada.

Sinérgica: quando a relação entre os elementos tem potencial para provocar alteração na tendência hoje verificada.

5.1.1 - Cenário de Não Implantação do Empreendimento

5.1.1.1 - Componentes Ambientais

A região analisada está localizada no nordeste brasileiro em área que abrange parte do território de 42 municípios distribuídos em 03 (três) estados - Maranhão, Piauí e Ceará. A amplitude territorial do empreendimento reflete a variedade de climas identificados. O clima tropical quente e úmido, com estação seca no inverno, mostra-se predominante em extensas porções dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Registra-se ainda a presença do clima tropical úmido ou subúmido e do clima tropical com inverno seco. Mas, analisando de maneira macroscópica a região, verifica-se que há 02 (dois) períodos pluviométricos distintos, nos quais ocorrem chuvas concentradas entre os meses de janeiro e maio, com picos de chuvas em março e abril. De agosto a novembro, por sua vez, a região passa por uma forte escassez hídrica, decorrente dos baixos índices pluviométricos deste período.

Como reflexo da dinâmica pluviométrica, verifica-se que, em geral, os períodos de cheia das bacias hidrográficas ocorrem entre dezembro e abril, estendendo-se até maio no caso da bacia hidrográfica do Itapecuru. Já a vazante ocorre de maio a novembro, sendo iniciada antecipadamente em junho, também no caso da bacia hidrográfica do Itapecuru. As principais bacias hidrográficas atravessadas são: Itapecuru, Baixo Parnaíba e Norte Ceará.

No trecho que está inserido no estado do Maranhão, são predominantes os Depósitos Sedimentares Quaternários da Unidade Tabuleiro Barreirinhas, o que representa uma zona de acumulação eólica. Próximo ao limite com o Piauí, a influência do Parnaíba na mobilização de sedimentos rompe com essa acumulação quaternária e dá início a uma grande faixa de relevo dissecado, que corresponde a unidades inseridas no Domínio das Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas. Estas unidades são recortadas por alguns depósitos sedimentares quaternários, em Planícies e Terraços Fluviais, mas no trecho que acompanha o litoral dos estados do Piauí e Ceará, a predominância é de relevos de dissecção na forma de tabuleiros e depressões.

Diferentemente do relevo suave descrito no trecho acima, na projeção que se dá entre Acaraú e Tianguá, registra-se o domínio dos Cinturões Móveis Neoproterozóicos, intercalando trechos de aplanamento e dissecção, e, também sob o domínio das Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas, com relevos de dissecção em formações planálticas e depressões. Nesse trecho estão presentes áreas de alto potencial espeleológico, com registros de diversas cavidades.

A relação entre o relevo e a hidrografia é perceptível considerando que os meios instáveis (relevos de degradação) tem atuação direta da água, seja ela de origem pluvial ou fluvial, para modelagem da paisagem. Tal relação também é marcante na gênese dos solos, considerando que eles são mais profundos e desenvolvidos em áreas mais planas, e mais rasos e superficiais em locais onde a água tem tendência ao escoamento superficial mais acelerado.

Os solos são formados predominantemente sobre formação barreiras, quartzitos e sedimentos arenosos do quaternário, este último responsável pela formação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, juntamente com o Delta do rio Parnaíba e Jericoacoara.

Dadas as características pedológicas, registram-se áreas com potencial erosivo forte e terras com agricultura pouco desenvolvida devido às condições climáticas locais e solos muito pouco férteis e, muitas vezes, com teores de sais muito elevados. A exceção, ao longo do empreendimento, se dá no planalto de Ibiapaba, onde o solo propício e o clima mais úmido favorecem a agricultura. Nesta área, a agricultura se desenvolveu e é um importante fator local, fornecendo hortaliças para o consumo em uma região difícil de produzir os mesmos.

Em parte, em função dessas características, verifica-se que o solo da região ainda é majoritariamente ocupado por formações naturais (cerca de 80%). Além das áreas ocupadas por agricultura, outras áreas antrópicas são pastagens, áreas de mineração, áreas de queimadas, carcinicultura e estradas.

A região está inserida nos biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia. Na área de estudo, a fitofisionomia predominante foi a Restinga Florestada, característica de ambientes litorâneos. Entretanto, de acordo com o mapa de aplicação da Lei da Mata Atlântica, ainda existem remanescentes de Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais na área de estudo.

Também como reflexo do reconhecimento do atual uso e ocupação do solo, significativamente ocupado por formações naturais, são presentes 22 Unidades de Conservação no território dos municípios objeto da análise em tela. Há ainda o registro de 12 Áreas Prioritárias para Conservação, sendo 07 (sete) delas localizadas nos domínios do Bioma Caatinga, 03 (três) no Bioma Amazônia e 02 (duas) no Bioma Cerrado. Em relação à prioridade, 06 (seis) são “Extremamente Alta”, 05 (cinco) “Muito Alta” e 01 (uma) “Alta”. Quanto à importância, 06 (seis) são “Extremamente Alta”, 04 (quatro) são “Muito Alta” e 02 (duas) são “Alta”.

A relevância para a conservação da região é justificada ainda pela diversidade faunística. Através da consulta a estudos prévios existentes para região (dados secundários), foram listadas 976 espécies de potencial ocorrência na região, sendo 133 espécies da herpetofauna, 756 de aves e 87 de mamíferos. Dentre as espécies registradas por dados primários (excluindo as entrevistas), 10 constam nas listas nacional e/ou internacional de espécies ameaçadas (MMA, 2014; IUCN, 2015), sendo sete de aves e três de mamíferos. Nota-se que algumas dessas espécies estão presentes em ambas as listas. Além dessas, outras três espécies de aves encontram-se listadas como quase ameaçadas pela IUCN.

5.1.1.2 - Dinâmica de Ocupação Territorial

A Área de Estudo Regional (AER) do empreendimento contempla 44 municípios, dos quais 17 localizam-se no estado do Maranhão, 04 (quatro) no estado do Piauí e 23 no Ceará. Os municípios de Itapipoca e Parnaíba destacam-se pela densidade populacional. Este último destaca-se também como referência em serviços básicos.

Os municípios de Parnaíba/PI e Itapipoca/CE apresentaram, em 2013, os maiores PIBs da AER. Esta situação confirma o fato de que as duas cidades se classificam na mais alta hierarquia da rede de polarização urbana do IBGE na AER.

A economia dos municípios estudados é dependente do setor de terciário, com baixa presença de atividades industriais e de atividades agropecuárias. O setor terciário engloba tanto o segmento de Serviços quanto o de Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Nos últimos anos, o interesse na geração de energia eólica e energia solar vêm crescendo na região, mobilizando consequentemente a indústria associada.

Na AER, aproximadamente 40% da população ocupada desenvolve atividades do setor primário (agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e as atividades comerciais e de reparação de veículos automotores e motocicletas empregam 13,5% da população). A educação, atividade desenvolvida principalmente pelo setor público, ocupa 6,6% da população, índice similar ao da ocupação nas indústrias de transformação. Completa o quadro das atividades que mais ocupam a construção (6,1%) e os serviços domésticos (5,5%). Os maiores índices de desocupação (entre 10% a 15% da PEA) registraram-se nos municípios maranhenses Santana do Maranhão, Icatu, Presidente Juscelino, Rosário, Humberto de Campos e Bacabeira, enquanto os menores (inferiores a 4% da PEA) foram registrados nos municípios cearenses Ibiapina, Barroquinha, Cruz e Trairi, no município Bom Princípio do Piauí (PI) e nos municípios maranhenses Primeira Cruz e Paulino Neves. Os demais municípios apresentaram índices de desocupação na faixa entre 4% a 9%.

Na AER, os estabelecimentos agropecuários ocupavam 2.114.789 hectares em 2006. Considerando-se a composição da área em estudo por municípios pequenos, 19 dos quais com menos de 20.000 habitantes, e 23 dos quais situados na faixa entre 20.000 e 70.000 habitantes, é compreensível a predominância de características de ocupação rural, maior do que a apresentada pela média nacional. Na área ocupada por lavouras temporárias, há grande variedade de produtos, mas predominam na AER produtos como feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e arroz. Entre as lavouras permanentes, predominam a castanha de caju e o côco-da-baía.

O cultivo da mandioca está presente em todos os 44 municípios estudados, e há cultivos de milho e de feijão na grande maioria deles. Na AER maranhense, o cultivo predominante é o da mandioca, com 34.963 hectares plantados, correspondendo a 20,1% da área plantada com mandioca em todo o estado do Maranhão. Em termos de área plantada com mandioca, destacam-se os municípios de Tutóia, São Bernardo, Santana do Maranhão, Presidente Juscelino e Icatu. O município de São Bernardo também se destaca na produção de soja e de feijão. Os municípios de Tutóia, Barreirinhas e Araiões apresentam as maiores áreas de cultivo de milho.

Na região, a produção agrícola é desenvolvida também em diversos Projetos de Assentamento, que são de grande importância na área em estudo, ocupando uma área de cerca de 657.238 ha. A maior parte dos assentamentos está situada na AER maranhense, nos municípios de Araiões, Água Doce do Maranhão, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário, Santo Amaro do Maranhão, Santana do Maranhão, São Bernardo e Tutóia, onde estão assentadas 14.536 famílias. Em alguns destes assentamentos organizam-se comunidades quilombolas, com diferentes níveis de reconhecimento e organização.

No que diz respeito à infraestrutura de serviços públicos, merece especial atenção a infraestrutura de saúde. Nos municípios maranhenses da AER, segundo o DataSUS, o maior número de estabelecimentos de saúde são os Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, considerados as principais portas de entrada na Rede de Atenção Básica à Saúde, oferecendo atendimento básico e gratuito em pediatria, ginecologia, clínica geral, enfermagem e odontologia. Em conjunto, eles representam 55% do total dos estabelecimentos na AER maranhense. A maioria dos municípios maranhenses dispõe de hospital geral, não tendo sido registrados este tipo de estabelecimento apenas em Bacabeira e Água Doce do Maranhão, municípios elegíveis a canteiros, e em Cachoeira Grande.

Na porção da AER no Piauí, destaca-se Parnaíba por sediar a I Coordenação Regional de Saúde do Estado do Piauí, sendo polo regional de atendimento em saúde para uma ampla área de abrangência, nos quais se incluem os municípios piauienses atravessados pela LT. Em seu território está instalada uma ampla infraestrutura de saúde constituída por 8 hospitais gerais, 7 policlínicas, 32 Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, 23 Unidades de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia e 40 consultórios, entre outros equipamentos, além de uma Unidade de Vigilância em Saúde. Os demais municípios piauienses contam com uma estrutura de saúde básica, compatível com os respectivos portes populacionais, onde predominam os Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde.

Já em relação a estrutura de segurança, pode-se constatar que a carência de efetivo, de maneira geral, representa a principal vulnerabilidade dos municípios.

Cabe ressaltar a sensibilidade quanto à segurança pública nos municípios de pequeno porte populacional, como Bacabeira (MA), Morros (MA), Água Doce do Maranhão (MA) e Chaval (CE) e Uruoca (CE), diante da reduzida dimensão da infraestrutura de segurança e do contingente populacional destes municípios, mais suscetíveis às alterações relacionadas ao aumento temporário da população em função da instalação do empreendimento.

Em Bacabeira, especificamente, é observado aumento dos índices de violência, sobretudo de assaltos a mão armada e homicídios, apontando para sensibilidade mais acentuada no tema segurança.

O tráfico de drogas é apontado como problema de segurança na maior parte dos municípios onde há previsão da instalação de canteiros de obras, notadamente Tianguá (CE), Humberto de Campos (MA), Chaval (CE), Granja (CE), Bela Cruz (CE), Uruoca (CE), Tianguá (CE), Acaraú (CE), Itarema (CE), Amontoada (CE) e Paraipaba (CE).

Em resumo, a região como um todo, ainda apresenta extensas áreas de vegetação nativa. A agricultura é a principal ocupação antrópica do solo e a maioria dos municípios apresenta, relativamente, baixa densidade populacional. Quanto aos aspectos socioeconômicos, reporta-se a uma região com desenvolvimento limitado e diretamente relacionado com os segmentos de Serviços e Administração Pública. Uma das raras exceções é o município de Parnaíba, que destaca-se como polo regional e apresenta a maior densidade populacional na AER.

5.1.1.3 - Condições de Distribuição de Energia

O Setor Elétrico segue regras definidas pelas Leis nº 10.847/2004 e nº 10.848/2004, que atribuem ao Poder Executivo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ao Congresso Nacional, a formulação de políticas para o setor de energia do país. Neste setor, cabe à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realizar os estudos necessários ao planejamento da expansão do sistema elétrico.

No contexto estratégico, a EPE, em suas pesquisas, indicou o potencial eólico dos estados do nordeste e a sua potencial importância para a Matriz Energética Nacional, especialmente em um cenário de integração através do SIN. Por esta razão, nos últimos anos, ganhou força significativa a geração eólica, em parte para conjugar com as limitações impostas por condições climáticas nacionais, onde destaca-se a redução de chuvas e consequente redução de disponibilidade de energia elétrica de origem hidráulica.

Nesse cenário, os estados do Nordeste têm especial destaque. Os Leilões LER 2013, A-5 2013 (a), A-3 2013 e A-5 2013 (b), por exemplo, realizados no 2º semestre de 2013, foram responsáveis pela contratação de 7.145,7 MW em potência instalada, dentre os quais 4.121,5 MW estão localizados na região Nordeste. O crescimento do aproveitamento do potencial de energia eólica, com significativa predominância na região do Nordeste brasileiro, torna necessário o adequado dimensionamento da Rede Básica dessa região a fim de escoar a energia das usinas já licitadas e provimento de folga ao sistema elétrico de transmissão para conexão de novos empreendimentos. Nesse contexto, a LT 500 kV Bacabeira - Pecém II, constitui-se em um projeto formulado dentro do planejamento de desenvolvimento nacional, voltada ao escoamento da produção eólica dos estados do Nordeste para garantia da confiabilidade do sistema nacional interligado.

5.1.2 - Cenário de Implantação do Empreendimento

As regiões do litoral dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, apesar de apresentarem expressivo potencial eólico, tiveram poucos parques eólicos viabilizados nos últimos leilões de geração de energia, principalmente devido a ausência de uma rede de transmissão adequada para conexão desses empreendimentos. Dessa forma, mostra-se necessária a implantação de rede de transmissão que viabilize o pleno escoamento dos potenciais eólicos previstos para essas regiões.

A ligação ao Sistema Interligado Nacional, via LT 500 kV Bacabeira - Pecém II, irá possibilitar um aumento da confiabilidade do Sistema, contribuindo para a adequação da oferta e demanda, e diminuindo por um lado a possibilidade de racionamento e de 'apagões' e, por outro, a necessidade de acionamento de termoeletricas, contrárias a estratégias operacionais do SIN, visto que o empreendimento contribuirá para o escoamento da energia produzida nos parques eólicos.

A **Análise dos Impactos Ambientais (Capítulo 3)** descreve e analisa uma lista de 30 impactos. Dentre esses, 04 (quatro) foram considerados positivos, e se referem aos benefícios associados à geração de empregos, ao aumento da arrecadação tributária, dinamização da economia na região e ao aumento da confiabilidade do sistema elétrico. Os outros 26 impactos foram avaliados como negativos e decorrem da implantação (planejamento, construção e operação) do empreendimento. No **Capítulo 4 - Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais** estão apresentadas as principais medidas de redução ou controle dos efeitos de impactos negativos e a potencialização dos efeitos dos impactos positivos, sendo estas descritas nos programas que com base na cadeia de eventos - ações geradoras, impactos ambientais e proposição de medidas e programas, verifica-se que as adversidades com potencial para dinamização local estão restritas a uma lista reduzida, limitada aos impactos mais relevantes a cada aspecto.

A seguir estão apresentadas as relações mais relevantes decorrentes do empreendimento, pelo seu potencial de interferência nos componentes ambientais ou na dinâmica populacional, observados pela capacidade de induzir ou agravar sinergicamente o cenário diagnosticado.

Foram abordadas neste prognóstico 03 (três) tendências: (i) Efeito do empreendimento sobre os componentes e fatores ambientais; (ii) Alteração da dinâmica de ocupação territorial e (iii) Mudanças nas condições de distribuição de energia, como segue:

5.1.2.1 - Efeito do Empreendimento sobre Componentes e Fatores Ambientais

Para a LT 500 kV Bacabeira - Pecém II, os fatores ambientais avaliados foram os seguintes: no meio físico: a qualidade do ar, nível de ruído, solo, patrimônio espeleológico, patrimônio paleontológico, atividades minerárias e corpos hídricos. Em relação aos componentes e fatores bióticos, as avaliações foram sobre: a vegetação, a fauna silvestre e as áreas legalmente protegidas. Para as questões socioeconômicas, os fatores avaliados foram: a população da área

de estudo, a infraestrutura de serviços essenciais, o tráfego rodoviário, o mercado de trabalho, o abastecimento de água, as áreas de uso coletivo, as comunidades tradicionais, a arrecadação tributária, economia local, patrimônio histórico, arqueológico e cultural, a paisagem, o uso e ocupação do solo e o sistema elétrico.

Sobre esses componentes e fatores ambientais, avaliados nesta análise, identificou-se que, no meio físico, o solo, em função das possibilidades e consequências da indução ou aceleração de processos erosivos, é aquele mais sensível e que poderá apresentar interferências decorrentes da implantação do empreendimento. Contudo, medidas e programas foram propostos para que essas possíveis interferências sejam minimizadas. Ainda em relação ao meio físico, outro ponto de atenção é o fator ambiental “patrimônio espeleológico”. Com relação a este, é importante destacar que foi realizado um intensivo diagnóstico espeleológico, que possibilitou a otimização da diretriz de traçado evitando interferências diretas. Entretanto, mostra-se necessária a atenção sobre as próximas etapas de planejamento e refinamento do projeto sobre ambos os temas, especialmente no que diz respeito à seleção e planejamento dos acessos.

Quanto aos fatores bióticos que podem apresentar interferências em decorrência da implantação do empreendimento, destaque deve ser dado às intervenções em áreas de vegetação nativa que, como identificado, são extremamente representativas na região e guardam diversas espécies com algum grau de vulnerabilidade. Nesse contexto, ainda que a seleção da alternativa de traçado tenha buscado priorizar a existência de acessos, será necessária a abertura de novos acessos e manutenção dos existentes. Além da fragmentação e dos efeitos de borda, de acordo com a fitofisionomia afetada, os acessos a serem abertos podem aumentar a pressão sobre as espécies da fauna silvestre que são alvo de caça e perturbações decorrentes do aumento da movimentação de pessoas. A implantação do empreendimento deverá atravessar 03 (três) unidades de conservação de uso sustentável e terá aproximação com os limites de 02 (duas) unidades de conservação de proteção integral, demandando especial atenção a todo o processo construtivo.

Os fatores do meio socioeconômico, que apresentam maior fragilidade em um cenário de implantação do empreendimento, referem-se à infraestrutura local, especialmente, saúde e tráfego rodoviário, incluindo tanto a garantia de trafegabilidade quanto à segurança nas vias.

As relações no que diz respeito à pressão sobre a infraestrutura e a dinâmica da saúde e segurança locais, especialmente, de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Cabe destacar que mulheres na faixa etária entre 15 e 29 anos tem índice maior de fecundidade,

estando também mais expostas à violência, especialmente sexual e assaltos. Em uma área com precariedade de serviços de informação, segurança e prevenção, a chegada de pessoas de fora com a implantação do empreendimento pode ter consequências negativas sobre a vida dessas mulheres adolescentes e jovens.

5.1.2.2 - Relação dos Impactos mais Relevantes do Empreendimento com Aspectos Ligados a Alteração da Dinâmica de Ocupação Territorial

A alteração da dinâmica de ocupação territorial decorrente da abertura da faixa de servidão e de acessos é importante dinamizador socioeconômico para empreendimentos lineares estabelecidos em áreas remotas.

Na faixa de servidão a ser ocupada pela LT, são exigidas restrições de uso, as quais são garantidas pela instituição da faixa de servidão administrativa. O processo envolve a identificação de proprietários, moradores e concessionários envolvidos, condição fundiária da terra e, em momentos sucessivos, o pagamento das indenizações aos proprietários. Entretanto, dentre os impactos associados ao estabelecimento legal da faixa de servidão, importa discutir a perda de áreas produtivas e a eventual necessidade de remoção de benfeitorias.

Os impactos identificados para os meios físico e biótico possuem caráter permanente e destacam-se aqueles relacionados aos fatores ambientais “Vegetação” e “Áreas Legalmente Protegidas”, os quais apresentaram caráter permanente e irreversível. Esses impactos, também, decorrem de uma alteração na dinâmica de ocupação do território, podendo ocorrer perda de habitats e aumento do uso dos acessos da LT para uso na caça de espécies da fauna silvestre.

Quanto ao meio socioeconômico merece menção o fato de que a maior parte dos impactos é considerado temporário e reversível. Entretanto, foram identificados alguns impactos irreversíveis incidindo sobre fatores/componentes socioeconômicos, como: Interferência com áreas de uso coletivo, Interferência com comunidades tradicionais, Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico, Alteração da paisagem e Alteração do uso e ocupação do solo são irreversíveis.

A cumulatividade observada na classificação dos impactos, uma vez que alguns deles tendem a se acumular ao longo do tempo e no espaço, e tendem a interagir com outros empreendimentos, pode causar alterações em outros fatores ambientais bem como na dinâmica de ocupação do território.

Em relação à dinâmica de intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs), cabe destaque que essas serão impactadas pela instalação do empreendimento, estando na maioria dos casos associadas à supressão de vegetação para o estabelecimento da faixa de servidão. Ressalta-se que as interferências mais significativas se darão nas áreas de locação de torres e, por este motivo, o projeto deverá priorizar a locação destas estruturas fora das APPs, assim como os acessos.

5.1.2.3 - Mudanças nas Condições de Distribuição de Energia

Há potenciais mudanças nas condições de distribuição de energia elétrica, considerando o novo aporte de energia elétrica no SIN (Sistema Interligado Nacional) garantido pela presente LT. Cabe notar que a região beneficiada por esta contribuirá para o escoamento da energia produzida nos parques eólicos, fato este, que irá possibilitar um aumento da confiabilidade do Sistema contribuindo para a adequação da oferta e demanda, diminuindo por um lado a possibilidade de racionamento e de 'apagões' e, por outro, a necessidade de acionamento de termoelétricas, contrárias a estratégias operacionais do SIN.

Este aumento de confiabilidade não representa atendimento imediato das demandas por energia nos municípios atravessados. Isso porque a distribuição de energia aos usuários finais não é escopo deste empreendimento e demanda o rebaixamento de tensão associado ao consumo desta energia.

O aumento na confiabilidade do sistema elétrico justifica a inclusão do impacto positivo Melhoria da qualidade do sistema elétrico na análise dos impactos ambientais da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II.

